

# A participação política eleitoral nas eleições de 2016 a 2022

**Romer Mottinha Santos, Ana Paula Lopes Ferreira, Doacir Gonçalves de Quadros**

## Resumo

Este artigo oferece uma análise preliminar sobre a participação política nas eleições de 2016, 2018, 2020 e 2022. A partir de estatísticas eleitorais, buscamos identificar qual foi o perfil e o número de participantes nos pleitos eleitorais, considerando os registros de candidaturas, filiação partidária e o trabalho de mesários. Entre os períodos eleitorais de 2016 a 2022 pesquisas de opinião mostraram o aumento da desconfiança da população sobre a lisura do funcionamento do sistema político e eleitoral devido a uma série de escândalos políticos de poder e financeiro envolvendo partidos, políticos e governantes. Segundo a literatura especializada sobre o impacto do escândalo político no comportamento do cidadão, quanto maior a incidência e divulgação de escândalos políticos, maior é a desconfiança política e a apatia do eleitor (Thompson, 2002; Power; Jamison, 2005). Ao averiguar neste artigo a participação política e eleitoral entre as eleições 2016 a 2022, testa-se aqui a hipótese de que quanto maior a sensação de desconfiança do eleitor, há uma queda na participação política eleitoral, mensurada em torno dos registros de candidaturas, de filiações partidárias e de mesários. Usamos dados coletados no repositório online do Tribunal Superior Eleitoral e manuseados de acordo com método quantitativo, descritivo e comparativo. A conclusão é de que mesmo em um contexto político e eleitoral instável e conturbado, como o período entre as eleições de 2016 a 2022, houve um aumento na participação política eleitoral.

**Palavras-chaves:** Eleições; participação política; desconfiança política; candidaturas; funções eleitorais

---

## Sobre os autores

1- Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Pesquisador do grupo Estudos Políticos e Internacionais do Centro Universitário Internacional - UNINTER e membro da Associação Brasileira de Ciência Política .

2- Doutora em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

3- Doutor em Sociologia (UFPR). Professor de Ciência Política e do Programa de Mestrado Acadêmico em Direito/Uninter. Coordenador do Grupo de Pesquisa Pesquisas em Comunicação Política, Mídia e Eleições (Uninter, Curitiba, Brasil).

## Abstract

This article offers a preliminary analysis of political participation in the 2016, 2018, 2020 and 2022 elections. Based on electoral statistics, we sought to identify the profile and number of participants in the elections, taking into account the registration of candidates, party affiliation and the work of poll workers. Between the 2016 and 2022 electoral periods, opinion polls showed an increase in the population's distrust of the fairness of the political and electoral system due to a series of political power and financial scandals involving parties, politicians and government officials. According to the specialized literature on the impact of political scandal on citizen behavior, the greater the incidence and publicity of political scandals, the greater the political distrust and voter apathy (Thompson, 2002; Power; Jamison, 2005). This article investigates political and electoral participation between the 2016 and 2022 elections, testing the hypothesis that the greater the feeling of distrust among voters, the lower the electoral political participation, measured in terms of registrations of candidates, party affiliations and poll workers. We used data collected from the Superior Electoral Court's online repository and handled it according to a quantitative, descriptive and comparative method. The conclusion is that even in an unstable and troubled political and electoral context, such as the period between the 2016 and 2022 elections, there has been an increase in the number of candidates.

**Keywords:** Elections; political participation; political distrust; applications; electoral functions.

## Introdução

Este estudo apresenta uma análise preliminar sobre uma coleta de dados sobre as eleições de 2016 a 2022. A reflexão neste artigo mostra alguns traços da participação política eleitoral no que concerne aos registros de candidaturas, de filiados, de mesários e comparecimento e abstenção nas referidas eleições.

O cenário político brasileiro entre o período das eleições de 2016 a 2022 se mostrou conturbado, com uma série de escândalos políticos, como o afastamento de presidente e a prisão de ex-presidente por corrupção. Ainda, é possível observar a proliferação do discurso político extremista, a propagação de *fake news* e a desinformação nas redes sociais da internet. Em 2018, o candidato à presidência Jair Bolsonaro foi alvo de um atentado, a partir deste episódio ocorreram protestos nas ruas contra os três poderes e a pandemia de COVID-19 que testou a satisfação da população sobre o desempenho dos governos.

A literatura mostra que o fraco desempenho do governo, a divulgação de escândalos políticos e o uso estratégico das instituições pelos governantes podem corroborar para o crescimento da desconfiança popular frente ao sistema político e eleitoral. Assim, reforçando a necessidade de se efetuar novos estudos exploratórios sobre esse assunto (Power; Jamison, 2005).

Portanto, neste artigo o propósito é questionar como se apresentou a participação política eleitoral entre as eleições 2016 a 2022 em um contexto de desconfiança política. Esta reflexão volta-se para estudo sobre o comportamento político e suas subjetividades, bem como, a conexão entre indivíduo e estrutura política (Ferreira, 2019). A hipótese é que, quanto maior a sensação de desconfiança da população junto ao sistema político e eleitoral, especialmente aos partidos e representantes eleitos, maior é a participação política. Essa participação política foi mensurada a partir dos registros de candidaturas, filiações partidárias e do trabalho voluntário ou convocado pela justiça eleitoral durante as eleições. Para atingir o objetivo proposto neste artigo, é utilizada a metodologia da pesquisa bibliográfica acerca da literatura que versa sobre a cultura política, comportamento político e eleitoral. Também colhemos dados junto ao repositório online do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e manuseados de acordo com método quantitativo, descritivo e comparativo.

Para alcançar nosso objetivo e testar a hipótese de pesquisa, estruturamos o artigo da seguinte forma: na primeira sessão, ressaltamos a literatura especializada sobre participação política e as teorias de cultura política e elites políticas. Na segunda sessão, explicamos a metodologia, seguida da terceira sessão, onde apresentamos os dados obtidos e a análise dos mesmos. Por fim, apresentamos as conclusões e resultados da análise.

## **Cultura política e participação política e eleitoral**

A perspectiva teórica da cultura política defende uma abordagem que possa ser usada para analisar e orientar pesquisas sobre crenças, valores e identidades de grupos sociais diversos, contribuindo para a explicação do comportamento político dos indivíduos (Rennó, 1998; Putnan, 1996; Inglehart, 2002).

Nos estudos sobre Cultura Política, os pesquisadores indicam que as instituições brasileiras, de um modo geral, e o Congresso Nacional brasileiro em particular, têm se caracterizado pela ausência de confiança entre os brasileiros (Baquero, 1994; Baquero *et al.*, 2018). Segundo Almond e Verba (1989) a estrutura e a cultura influenciam-se mutuamente, ou seja, os valores afetam as escolhas de instituições (como a sua estrutura) e o funcionamento destas, moldam a cultura política, orientando para a sua continuidade ou mudança. Segundo Berstein (1998), a cultura política não deve ser vista de forma isolada, mas sim, em conjunto com outros aspectos da realidade como econômico, político e social, no qual os indivíduos estão inseridos.

Para Baquero (2008; 2013), na América Latina, em especial no Brasil, há uma enorme desconfiança nas instituições democráticas, resultante da história e da instabilidade política com alternância entre períodos democráticos e autoritários. Essa desconfiança em relação à política levou ao questionamento sobre a democracia no Brasil, seu sistema representativo e suas respectivas instâncias de poder. Em especial buscamos compreender a relação entre a desconfiança e a participação política no Brasil.

Segundo Moisés (1995):

[...]a adesão dos indivíduos a atitudes, opiniões e comportamentos deve ser explicada em si, [...] e isto remete para o fenômeno da formação de interesses, identidades e concepções sobre as relações da sociedade com a política: interesses econômicos e sociais de indivíduos e grupos; identidades nacionais, sexuais, sociais, religiosas ou partidárias; e, finalmente, concepções sobre o papel do poder público, das relações entre o Estado e a sociedade, dos grupos sociais e dos atores políticos entre si – todas essas dimensões implicam em valores e orientações intersubjetivas que, no final das contas, afetam o comportamento e influenciam a tomada de decisões relativas à formação de instituições políticas. (Moisés, 1995, p. 93-4).

É possível notar diversos elementos que contribuem para a formação de uma cultura política nos indivíduos, não há um único fator explicativo.

Almond e Verba (1989) propuseram uma tipologia para classificar a cultura política em três tipos, a fim de identificar sua origem e

suas transformações. A primeira é a súdita, caracterizada por uma estrutura autoritária e centralizada. A segunda é a paroquial, com uma estrutura de valores tradicionais e descentralizada, em que os indivíduos estão limitados à esfera particular. E, por fim, o terceiro tipo que é a participativa, na qual o indivíduo tem completa inclusão na política.

Para Almond e Verba (1989), a cultura cívica é uma mistura dos três tipos, que abrange os princípios e as leis do regime, além das dinâmicas de envolvimento e participação política. Esta depende do valor que os indivíduos dão às instituições democráticas (Silva; Ribeiro, 2016), exigindo que acreditem nos valores e méritos dessas instituições, rejeitando as demais alternativas políticas (Dahl, 1997). Segundo Gimenes (2014), elites políticas são importantes para a transmissão de valores, pois estão em posição de destaque e podem não somente elaborar, mas também difundir elementos da cultura política de um grupo ou nação. A construção desses valores ocorre ao longo da vida das pessoas, tanto no ambiente familiar e escolar quanto na vida adulta e nas instituições nas quais estão inseridas, permitindo que os indivíduos abandonem suas antigas crenças ou incorporem novas (Gimenes, 2014). Desse modo, são esses valores adquiridos ao longo da vida que vão direcionar a participação política de cada um.

No âmbito da participação política, a participação eleitoral é fundamental para entender a dinâmica da democracia representativa. As taxas de participação contribuem para legitimar os representantes eleitos e determinar quem possui voz nas instâncias representativas. A mobilização dos eleitores para participar da decisão nas urnas é interpretada como um sinal de vitalidade democrática (Speck; Peixoto, 2022, p. 1).

As eleições legislativas locais no Brasil mobilizam mais eleitores do que as estaduais e nacionais. A caracterização das eleições locais como eleições de segunda ordem, veiculada na literatura internacional, não se aplica ao caso do Brasil (Speck; Peixoto, 2022, p. 24). A análise das taxas de participação eleitoral nas eleições para diferentes cargos em todos os âmbitos federativos durante as últimas duas décadas no Brasil revelou que, contrariamente à maioria dos países, as eleições locais no Brasil mobilizam mais eleitores do que as eleições estaduais ou nacionais.

Essa observação contesta os dados levantados por Moisés (1995) que afirmava haver uma maior mobilização política no Brasil durante as eleições presidenciais. Uma explicação para isso pode ser o fato de o autor identificar essa mobilização política nas eleições seguintes ao processo de redemocratização, no início dos anos 1990. Porém, em 2016, o cenário político era diferente do descrito por Moisés (1995), pois ocorreu o impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Além disso, a Operação Lava-Jato, em andamento desde 2014, ganhava cada vez mais destaque na mídia brasileira. Nas eleições de 2018 e 2022, houve uma polarização política em todo país. Em 2020, o Brasil já estava lidando com a pandemia da Covid-19. Para além da tragédia que vitimou milhares de brasileiros, a pandemia impactou diretamente a realização das eleições municipais. As datas reservadas ao primeiro e segundo turnos das eleições tiveram que ser adiadas como medida para conter o avanço da pandemia. Neste contexto, uma das perguntas que permeia a dinâmica das eleições é justamente saber se a pandemia da Covid-19 teria sido uma das responsáveis pelo aumento observado da abstenção eleitoral nas eleições municipais de 2020 (Cervi; Borba, 2022, p. 615).

Com base na literatura revisitada compreendemos que a participação política está diretamente ligada à confiança nas instituições e no sistema político como um todo. A participação eleitoral é fundamental para o funcionamento político brasileiro, pois é ela que legitima os governos e as mudanças propostas pelos mesmos.

Em períodos de desconfiança popular decorrentes da divulgação de escândalos políticos, há a probabilidade do aumento do declínio da participação política eleitoral e o aumento da apatia política (Thompson, 2002). É o que mostra o levantamento “A cara da democracia” que indica um recuo na confiança da população brasileira nos partidos políticos e no Congresso Nacional entre 2018 e 2022. Essa sensação de desconfiança em relação à política impacta a participação política eleitoral entre 2016 a 2022, especialmente no número de registros de candidaturas lançadas nos pleitos, filiações partidárias e no trabalho voluntário ou convocado pela Justiça Eleitoral durante as eleições? Para responder a essa questão, na seção a seguir, manuseamos dados coletados no repositório online do Tribunal Superior Eleitoral, tratados de acordo com métodos quantitativos, descritivos e comparativos.

Um dos princípios constitucionais do Estado brasileiro segundo a Constituição de 1988, é a sua organização em torno do Estado Democrático de Direito. Esta configuração estatal implica que o poder de decidir sobre os assuntos públicos pertence ao povo, cabendo ao governo reconhecer e proteger este e outros direitos fundamentais do cidadão. Amiúde, nas democracias, a participação do povo se faz de modo direto ou indireto, sendo a participação política a efetivação deste direito de participar atribuído ao cidadão. Aqui a participação política será dimensionada a partir das categorias denominadas candidaturas, filiações partidárias e serviços de mesários. Pode-se atribuir que as atividades de mesários e filiados partidários se colocam como uma participação política que denota “o viver para a política”, enquanto que as candidaturas eleitorais que compõem a representação política se referem a uma participação política no sentido “do viver da política”, conforme aludido por Weber (2008 p. 64-5). Por fim, a representação política é uma temática que vem sendo pesquisada no Brasil por estudiosos para verificar padrões, discrepâncias e tendências da participação política no país. Trabalhos sobre as candidaturas políticas e gênero (Miguel; Biroli, 2010; Bolognesi, 2012) e sobre filiação partidária (Speck *et al.*, 2015; Cervi *et al.*, 2021) vêm sendo desenvolvidos por estudiosos da ciência política. Todavia, pesquisas sobre mesários eleitorais são escassas em publicações científicas no Brasil (Vervloet; Palassi, 2008; 2011). A função de mesário eleitoral pode ocorrer por convocação ou por adesão voluntária do cidadão em prestar serviços eleitorais durante as eleições. Quando voluntária, presume-se que a colaboração é consciente e espontânea. No geral atribui-se que o trabalho de mesário é participação política no exercício de cidadania, contribuindo com a lisura do processo eleitoral democrático.

## **Metodologia**

Um dos princípios constitucionais do estado brasileiro, segundo a Constituição de 1988, é a sua organização em torno do Estado Democrático de Direito. Esta configuração estatal implica que o poder de decidir sobre os assuntos públicos pertence ao povo, cabendo ao governo reconhecer e proteger este e outros direitos fundamentais do cidadão. Amiúde, nas

democracias, a participação do povo ocorre de modo direto ou indireto, sendo a participação política a efetivação deste direito de participar atribuído ao cidadão.

Aqui, a participação política será avaliada a partir das categorias denominadas candidaturas, filiações partidárias e serviços de mesários. Pode-se observar que as atividades de mesários e filiados partidários representam uma participação política que denota “o viver para a política”, enquanto as candidaturas eleitorais, que compõem a representação política se referem a uma participação política no sentido “do viver da política”, conforme aludido por Weber (2008 p. 64-5). Por fim, a representação política é uma temática que vem sendo pesquisada no Brasil por estudiosos para verificar padrões, discrepâncias e tendências da participação política no país. Trabalhos sobre as candidaturas políticas e gênero (Miguel; Biroli, 2010; Bolognesi, 2012) e sobre filiação partidária (Speck *et al.*, 2015; Cervi *et al.*, 2021) vêm sendo desenvolvidos por estudiosos da ciência política. Todavia, pesquisas sobre mesários eleitorais são escassas em publicações científicas no Brasil (Vervloet; Palassi, 2008; 2011).

A função de mesário eleitoral pode ser por convocação ou por adesão voluntária do cidadão em prestar serviços eleitorais durante as eleições. Quando voluntário, presume-se que a colaboração é consciente e espontânea. No geral, atribui-se que o trabalho de mesário é participação política no exercício de cidadania contribuindo com a lisura do processo eleitoral democrático.

Para desenvolver este estudo tecemos alguns questionamentos: i) Em um contexto de desconfiança popular ocasionada por escândalos políticos, observa-se uma tendência de queda na participação política, refletida no número de registros de candidaturas, de filiações partidárias e de serviços de mesário; ii) como se apresenta a composição por gênero nestes segmentos. Para alcançar o objetivo deste estudo, a metodologia utilizada é a pesquisa quantitativa de estatística descritiva, que se preocupa com a coleta, descrição e apresentação de dados observados, sem tirar conclusões mais genéricas e não se ocupando de valores amostrais (Cervi, 2017, p. 38).

Foram coletadas as seguintes categorias no repositório do TSE e por cruzamento de variáveis: a) candidaturas registradas

por gênero no TSE; b) filiados partidários por gênero em partidos registrados no TSE; c) mesários eleitorais voluntários e convocados; d) mesários eleitorais por gênero; e) número de eleitores com comparecimento e abstenção. Essas categorias são apresentadas em percentuais estatísticos para testarmos nossa hipótese de pesquisa de que a falta de confiança na política, devido ao contexto político no país, e as barreiras políticas para as mulheres reduzem a participação eleitoral e de gênero.

## Resultados e Discussão

Se a participação política da população brasileira como um todo é baixa, a participação feminina na política brasileira é ainda mais defasada. Por exemplo, entre 1945 e 2010, a representação feminina na Câmara era de somente 3,7% dos deputados federais eleitos (Ferreira, 2014). No Brasil, a inserção das mulheres nos cargos políticos eletivos têm sido um desafio desde a redemocratização, seja pelas barreiras impostas às mulheres para participação política ou pelas fraudes às cotas de gênero. As cotas de gênero de 30% para candidaturas apresentam constantemente uma margem no limite da legislação. O percentual de candidaturas por gênero nas eleições conforme o Quadro 1:

**Quadro 1** - CANDIDATURA POR GÊNERO (2016, 2018, 2020 E 2022)

| Candidaturas | Candidatos | Homens  | %      | Mulheres | %      |
|--------------|------------|---------|--------|----------|--------|
| 2016         | 496.977    | 338.436 | 68,10% | 158.449  | 31,88% |
| 2018         | 29.153     | 19.880  | 68,19% | 9.204    | 31,57% |
| 2020         | 557.678    | 370.378 | 66,41% | 187.022  | 33,54% |
| 2022         | 29.262     | 19.345  | 66,11% | 9.891    | 33,80% |

**Fonte:** Tribunal Superior Eleitoral (2023).

O quadro acima mostra que, comparativamente às eleições de 2016 (496.977) e 2020 (557.678), houve um aumento no número total de candidaturas. O mesmo é identificado entre as eleições 2018 (29.153) e 2022 (29.262). O mesmo comportamento identifica-se na distribuição entre homens e mulheres. Distintamente ao

observado nas candidaturas, as filiações partidárias mostram uma queda no número de filiações entre as eleições. Porém, no quesito gênero, as filiações partidárias apresentam um menor desequilíbrio em participação das mulheres em comparação aos homens.

**Quadro 2 - FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS POR GÊNERO (2016, 2018, 2020 E 2022)**

| Eleição | Filiação no Brasil | Homens    | %      | Mulheres  | %      |
|---------|--------------------|-----------|--------|-----------|--------|
| 2016    | 16.527.342         | 9.170.148 | 55,49% | 7.298.945 | 44,17% |
| 2018    | 15.964.894         | 8.898.865 | 55,74% | 7.024.202 | 44,00% |
| 2020    | 16.485.879         | 9.009.137 | 54,65% | 7.469.682 | 45,31% |
| 2022    | 15.826.134         | 8.541.927 | 53,97% | 7.278.039 | 45,99% |

**Fonte:** Tribunal Superior Eleitoral (2023).

No Quadro 2 pode-se observar que o percentual de filiados por gênero nos anos eleitorais selecionados foi na margem de 55% de homens e 45% de mulheres. Ou seja, a variação de filiados foi estável e sem alterações significativas. Quanto aos mesários, os voluntários em 2016 e 2018 tiveram uma baixa procura (20%), enquanto que em 2020 e 2022 praticamente dobraram em percentual de indicações (acima de 40%), conforme o Quadro 3.

**Quadro 3 - MESÁRIOS VOLUNTÁRIOS E CONVOCADOS (2016, 2018, 2020 E 2022)**

| Eleição | Convocadas e convocados | Voluntárias e voluntários | %      | Não voluntárias e não voluntários | %      |
|---------|-------------------------|---------------------------|--------|-----------------------------------|--------|
| 2016    | 1.762.569               | 360.540                   | 22,46% | 1.402.029                         | 79,54% |
| 2018    | 1.892.660               | 432.598                   | 22,86% | 1.460.062                         | 77,14% |
| 2020    | 1.587.804               | 679.556                   | 42,80% | 908.248                           | 57,20% |
| 2022    | 1.886.378               | 892.034                   | 47,29% | 994.344                           | 52,71% |

**Fonte:** Tribunal Superior Eleitoral (2023).

É relevante destacar que o TSE tem investido em uma ampla publicidade para campanha de mesários voluntários, despertando interesse de parte do eleitorado. Embora a atividade não seja remunerada, a Justiça Eleitoral garante dias de folga em dobro para os dias de trabalho eleitoral.

**Quadro 4 - MESÁRIOS POR GÊNERO (2016, 2018, 2020 E 2022)**

| Eleição | Mesário homem | %      | Mesário mulher | %      |
|---------|---------------|--------|----------------|--------|
| 2016    | 607.116       | 34,44% | 1.155.190      | 65,54% |
| 2018    | 636.143       | 33,61% | 1.256.377      | 66,38% |
| 2020    | 533.081       | 33,57% | 1.054.702      | 66,43% |
| 2022    | 598.372       | 31,72% | 1.287.977      | 68,28% |

**Fonte:** Tribunal Superior Eleitora (2023).

Por fim, o resultado desta coleta apresentou uma discrepância na participação política de homens e mulheres no Brasil. Conforme o Quadro 4, a participação de mesários homens é baixa e vem reduzindo progressivamente, enquanto que a participação das mulheres em 2016 foi de 65%, aumentando para 68% na eleição de 2022. Uma questão que se apresentou nesta pesquisa é que a participação via filiação partidária não apresentou aumento das mulheres no período investigado, diferentemente dos registros de candidatura e do trabalho de mesário. Todavia;

“[...] existe um aspecto da vida política que a situação das mulheres no país hoje não permite sua dedicação ao mundo competitivo. O fenômeno da dupla jornada parece ser um anteparo muito razoável a ser ultrapassado. Deste modo, tanto na vida intra-partidária quanto na estrutura social podemos observar que as mulheres são excluídas.” (Bolognesi, 2012, p. 122).

De acordo com os estudos sobre filiações partidárias, o vínculo entre os partidos políticos e o eleitorado brasileiro é fraco. As pesquisas eleitorais indicam que os partidos políticos têm um papel periférico no imaginário político. Poucas semanas após o pleito, somente uma pequena fração dos votantes se lembra em qual partido votou na última eleição (Speck *et al.*, 2015, p. 125). No entanto, aproximadamente um em cada dez eleitores está oficialmente filiado a algum partido político. Na comparação internacional com países da Europa, o Brasil figura entre as democracias com as maiores taxas de filiação (Speck *et al.*, 2015; Cervi *et al.*, 2021). A percentagem de eleitores filiados a partidos políticos sobre o número de eleitores aumentou entre

2002 e 2018 (Cervi *et al.*, 2021, p. 496). E neste período, o aumento de filiação partidária no Brasil tem sido nas eleições municipais em relação às eleições gerais. No entanto, as variáveis de gênero por filiação partidária ainda não foram exploradas em pesquisas acadêmicas no país.

Em relação ao comparecimento e abstenção de eleitores nos últimos quatro pleitos, a maior ausência de eleitores ocorreu em 2020, com 23,15%, sendo a primeira eleição com as restrições da pandemia de Covid-19. No entanto, nos pleitos de 2018 e 2022 as abstenções já estavam em 20%. Conforme os dados do Quadro 5 a seguir.

**Quadro 5 - COMPARECIMENTO E ABSTENÇÃO (2016, 2018, 2020 E 2022)**

| Eleição | Comparecimento | %      | Abstenção  | %      |
|---------|----------------|--------|------------|--------|
| 2016    | 118.755.509    | 82,42% | 25.333.403 | 17,58% |
| 2018    | 117.366.956    | 79,68% | 29.939.319 | 20,32% |
| 2020    | 113.676.954    | 76,85% | 34.241.529 | 23,15% |
| 2022    | 123.714.906    | 79,07% | 32.739.105 | 20,93% |

**Fonte:** Tribunal Superior Eleitoral (2023).

É importante ressaltar que a diferença entre abstenção e eleitores faltosos. No último levantamento do TSE, em 2019, constavam 2.645.785 eleitores faltosos com os títulos eleitorais cancelados ou a regularizar (55% masculino e 45% feminino). Eleitores com abstenção são aqueles que estavam regulares para votar, mas não compareceram no pleito.

**Quadro 6 - COMPARECIMENTO E ABSTENÇÃO POR GÊNERO (2016, 2018, 2020 E 2022)**

| Eleição | Comparecimento |       |            |       | Abstenção  |       |            |       |
|---------|----------------|-------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|
|         | Homem          | %     | Mulher     | %     | Homem      | %     | Mulher     | %     |
| 2016    | 56.217.100     | 81,75 | 62.473.602 | 83,05 | 12.550.534 | 18,25 | 12.752.454 | 16,95 |
| 2018    | 55.254.914     | 79,05 | 62.075.590 | 80,26 | 14.648.063 | 20,95 | 15.264.307 | 19,74 |
| 2020    | 53.781.709     | 76,58 | 59.878.512 | 77,11 | 16.446.748 | 23,42 | 17.771.057 | 22,89 |
| 2022    | 57.766.157     | 78,02 | 65.932.392 | 80,04 | 16.277.908 | 21,98 | 16.440.772 | 19,96 |

**Fonte:** Tribunal Superior Eleitoral (2023).

Conforme indicado pelo Quadro 6, a diferença de percentual de homens e mulheres que compareceram ou se abstiveram de votar nas quatro últimas eleições é baixa, não havendo uma diferença significativa. Assim, podemos concluir que a variável gênero não explica o comparecimento nas urnas. Todavia, nas eleições selecionadas, os percentuais de comparecimento de mulheres são sempre maiores do que os dos homens.

## **Considerações Finais**

Entre 2016 a 2022 o cenário político-eleitoral brasileiro apresentou uma série de escândalos políticos, o que impactou, segundo os institutos de pesquisa, em um aumento da desconfiança popular sobre as eleições e os governantes.

Testamos aqui a hipótese de que quanto maior uma sensação de desconfiança da população junto ao sistema político e eleitoral, especialmente aos partidos e aos representantes eleitos, tende a ocorrer uma queda na participação política eleitoral. Nesta pesquisa, essa participação foi mensurada por meio dos registros de candidaturas, filiações partidárias e trabalho voluntário ou convocado junto à justiça eleitoral. A hipótese não se comprovou, exceto quanto ao número de registros de filiação partidária. No período pesquisado, houve um aumento no número de registros de candidaturas e de mesários. Os dados coletados, quando analisados a partir do critério gênero, mostram que a participação política eleitoral foi predominantemente masculina nos segmentos de registros de candidaturas e filiações partidárias. Porém, entre os mesários, a participação feminina é significativa.

É importante fazer o derradeiro destaque de que no campo de estudos da ciência política há um avanço significativo, tanto qualitativo quanto quantitativo, de pesquisas sobre os assuntos de candidaturas eleitorais, comparecimento e abstenção eleitoral, filiação partidária e a participação política de gênero. A inserção da variável dos mesários eleitorais, como proposto aqui nesta reflexão, visa chamar a atenção para o desenvolvimento de pesquisas futuras que incluam a atividade de mesários em suas reflexões, considerando-a uma atividade de participação política eleitoral. Dessa forma, isso pode trazer novas bases de dados e novas reflexões.

## Referências

- ALMOND, G.; VERBA, S. (1989). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: **Princeton University Press**.
- ALMOND, G. (1980). The intelectual history of the civic culture. In: ALMOND, G.; VERBA, S. (Eds.) **The civic culture revisited**. Boston: Little, Brown and Company.
- BAQUERO, M. (1994). Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: estado e partidos políticos. In: BAQUERO, M. (Org.). **Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas**. Porto Alegre: UFRGS.
- BAQUERO, M. (2008). “Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil”. **Opinião Pública**, 14 (2), 380-413. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-6276200800020000510> .
- BAQUERO, M. (2013). **Qual a democracia para a América Latina?** Capital social e empoderamento são a resposta? Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- BAQUERO, M.; RANINCHESKI, S.; CASTRO, H. C. O. (2018). A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. **REVISTA DEBATES**, v. 12, p. 87-106.
- BOLOGNESI, B. (2012). A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? **Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política** 1 (2). Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br/institucional/revista-parana-eleitoral/revistas-e-livros/revista-parana-eleitoral-2>
- BERNSTEIN, S. A cultura política. (1998). In: RIOUX, J. & SIRINELLI, J. (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, p. 349-363
- CERVI, E. U. (2017). **Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política**. Volume 1, 1ed – Curitiba: CPOP-UFPR.
- CERVI, E. U.; TERRON, S.; SOARES, G. A. D. (2021). Filiação partidária: uma importante variável esquecida no Brasil. **Opinião Pública**, v. 26, p. 494-521. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912020263494>
- CERVI, E. U.; BORBA, F. (2022). Quem se abstém no Brasil? Competição local e efeito da Covid-19 na participação do eleitor no primeiro turno da eleição municipal de 2020. **Revista Sociedade e Estado**, v. 37, p. 599-619.
- DAHL, R. A. (1997). *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- FERREIRA, A. P. L. (2019). **O perfil dos senadores brasileiros na Primeira República (1889-1930) e os seus posicionamentos sobre a questão partidária e o federalismo**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FERREIRA, A. P. L. (2014). **Funcionários na política: uma análise da carreira do funcionalismo público na Câmara dos Deputados no Brasil (1945-2010)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná.

- GIMENES, E. R. (2014). Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia. In: *Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*, São Carlos (SP), Vol. 2, nº 02, pp. 119-151. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/49/46>
- INGLEHART, R. (2022). Cultura e democracia. In: HARRIN-SON, L. E. & HUNTINGTON, S. *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (2010). Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, p. 653-679. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300003>
- MOISÉS, J. A. (1995). *Os brasileiros e a democracia*. São Paulo: Ática.
- PUTNAM, R. D. (1976). *The Comparative Study of Political Elites*. Englewood Cliffs: Prentice - Hall,
- RENNÓ, L. R. (1998). Teoria da cultura política: vícios e virtudes. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 45, 71-92.
- POWER, T. J.; JAMISON, G. D. (2005). Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 64–93, mar. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762005000100003> .
- PUTNAM, R. (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Silva, G. F. da & Ribeiro, L. M. L. (2016). Confiança nas instituições democráticas e vitimização por crime: qual a relação? *Rev. Sociol. Polit.*, 24, 59-84.
- SPECK, B. W.; BRAGA, M. S. S.; COSTA, V. (2015). Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, p. 125-148. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987315235606>
- SPECK, B. W.; PEIXOTO, V. DE M. (2022). Participação eleitoral nas disputas nacionais, estaduais e municipais no Brasil (1998-2020). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 39, p. e258449, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.39.258449>
- THOMPSON, John B. (2002). *O escândalo político*. Poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes.
- VERVLOET, A. M. P.; PALASSI, M. P. (2008). A participação dos mesários voluntários e convocados nos trabalhos da justiça eleitoral. *Revista Administração em Diálogo-RAD*, v. 10, n. 1. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/1568>
- VERVLOET, A. M. P.; PALASSI, M. P. (2011). Eleições, mesários e subjetividade: reflexões sobre a produção de sentidos subjetivos a partir da participação voluntária no processo de votação. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, p. 312-324. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000200012>
- WEBER, M. (2008). *Ciência e política: duas vocações*. 15. ed. São Paulo: Cultrix.